



A dúvida imobilizadora

► Quanto antes soubermos quem presidirá o Brasil no Natal, mais cedo sairemos da encrenca em que nos metemos

Fui convidado a conversar com duas dezenas de importantes investidores estrangeiros no Brasil, americanos, alemães, suecos e franceses, sobre as perspectivas da economia brasileira nos próximos cinco anos. Todos manifestaram que suas empresas confiaram e querem continuar a confiar na existência de enormes oportunidades de bons negócios num país com 206 milhões de habitantes, oitava economia do mundo, e que, ao menos aparentemente, tinha encontrado o caminho das relações amigáveis entre o setor privado e o governo, condição para o desenvolvimento econômico num regime de absoluta liberdade individual e garantia de segurança jurídica. Nenhum fez qualquer crítica à Operação Lava Jato. Alguns até a saudaram como a versão daquelas que, nos seus países, reduziram as ligações incestuosas entre empresas e governo.

O que não compreendem é como, depois de uma política econômica relativamente bem-sucedida, mas com uma taxa de inflação alta, entre 1995 e 2011, foi possível produzir a destruição de 2012 a 2016. Não creem existir explicação plausível para esse fato a não ser

a deterioração gerada por um intervencionismo governamental mal informado e voluntarista, a partir de 2012. Nenhum deles leva a sério a narrativa de que isso foi efeito externo, pois todas as nações latino-americanas, onde eles também exercem suas atividades, saíram-se muito melhor do que o Brasil. Todos “sabem” que não há saída para tal tragédia, de queda de 7% do PIB em 2015-2016 e 11 milhões de desempregados, apenas com medidas de austeridade (necessárias, mas não suficientes) ou com aumento fácil dos impostos, porque constataam isso em seus países de origem. A solução é a conquista da confiança do setor privado no governo. Essa é a única forma de criar as “expectativas” de crescimento que, em condições adequadas, possam transformar-se, efetivamente, em novos investimentos e em aumento das exportações líquidas que produzirão a expansão da demanda interna, mitigarão o desemprego e aumentarão as receitas do governo.

A perspectiva atual de que se caminhará para a normalidade fiscal, que levará alguns anos, deverá criar as condições para a redução da taxa de juros real, o que estimulará os investimentos, reduzirá o custo da dívida pública e será mais um fator coadjuvante importante na estabilização da relação entre a dívida bruta e o PIB. Reconhecem que o programa do presidente interino, Michel Temer, é bom e foi bem recebido por boa parte da sociedade. Se o parlamentarismo de ocasião que montou continuar funcionando, os projetos poderão ser aprovados. Hoje é íntima a corresponsabilidade dos

poderes Executivo e Legislativo. O arbítrio foi reduzido. Aprovada a lei do limite de gastos, o que se fizer abaixo dele precisará do apoio do Congresso, que é quem, afinal, estabelecerá as prioridades e os seus controles. Essa é a razão pela qual os empresários veem no governo interino uma possibilidade de encaminhamento da solução do déficit fiscal estrutural, o que exigirá, também, a aprovação de uma série de outras medidas: Previdência, desvinculação, livre negociação salarial etc.

Os potenciais investidores estrangeiros e, provavelmente, os nacionais, tanto na infraestrutura, em concessões ou em suas próprias atividades ou inovações, veem a situação atual com perplexidade. Não acreditam que, depois das provas materiais existentes e do “resultado geral da obra”, a presidentia possa recuperar qualquer protagonismo, mas não sabem por quanto tempo o processo de seu afastamento temporário poderá estender-se. Mesmo diante de tal quadro, creem que o “programa de Temer faz sentido”. A dúvida fundamental é: quem será o presidente efetivo no Natal? Sem isso não terão a menor condição de propor aos seus *boards* que tomem o risco de voltar a investir num país que insiste em destruir suas oportunidades de crescimento. “A única coisa que posso dizer ao meu *board*”, disse um deles, “é que não será Papai Noel, mas não creio que isso será o bastante para convencê-lo.”

Quanto mais cedo soubermos quem será o presidente do Brasil no Natal, mais cedo sairemos da encrenca em que nos metemos. •

colunistas@cartacapital.com.br